

EDITAL RETIFICADO 2
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2022

O Município de Cataguases comunica aos interessados que estará procedendo **CHAMAMENTO PÚBLICO** a partir do **dia 09 de outubro de 2023 no horário de 08h às 16h** no Setor de Licitação, na **Galeria Salgado Filho**, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, com objeto de **FIRMAR TERMO DE PARCERIA DO PROJETO "COMUNIDADE INTEGRADA"**, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 4.785, de 06 de julho de 2021 e Decreto 5837/2023.

O credenciamento será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, Lei Municipal nº 3.971 de 18/11/2011, Decreto Municipal nº 4474 de 08/03/2016, Decreto Estadual nº 46.946 de 01/02/2016 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições fixadas neste presente Edital.

O chamamento ficará aberto pelo prazo de 1(um) ano contados a partir da data de abertura do edital para ingresso de novos interessados.

I - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente edital o chamamento de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, associações, órgãos e/ou instituições da iniciativa privada, domiciliadas no Município de Cataguases, para realização de Termo de Parceria, com o objetivo de promover o cuidado de áreas públicas em parceria com o poder público municipal.

II – CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar do presente Chamamento Público os interessados que atendam às condições fixadas neste Edital, os quais deverão cumprir todas as exigências da legislação urbano-ambiental de proteção da paisagem urbana.

2.2 Os interessados deverão apresentar em envelopes hermeticamente fechados os documentos exigidos no item a seguir. Somente serão aceitos os documentos originais ou cópias que poderão ser autenticadas por servidor do Município de Cataguases/MG a partir da apresentação dos originais, ou cópias já autenticadas em Cartório.

2.3 Qualquer declaração ou manifestação a ser realizada neste processo será efetuada pelo representante estatutário do interessado ou seu representante constituído por procuração.

2.4 O interessado que se fizer representar neste procedimento deverá apresentar correspondência, credenciando seu representante por meio de instrumento de procuração. A procuração poderá ser entregue pessoalmente, mediante protocolo, pelo próprio outorgante ou preposto da pessoa jurídica interessada, ou incluído dentro do envelope de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

III – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1 Todos os interessados no programa deverão apresentar carta de intenção indicando o espaço público que pretendem celebrar parceria com a Prefeitura de Cataguases. A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG.
INTERESSADO:
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2022
ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.2 Todos os interessados que atenderem a este Chamamento Público deverão discriminar corretamente os dizeres no envelope, conforme acima instruído.

3.3 Os documentos citados no item 3.4. e seus subitens poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou autenticado pelo membro da comissão

apresentando original com a cópia para ser autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, Inciso IV, ambos da Lei nº 8666/93.

3.4 Os interessados deverão apresentar, dentro do Envelope 01, os seguintes documentos:

3.4.1 CASO FOR PESSOA FÍSICA:

- Documentos: CPF e Identidade autenticado ou cópia com original para ser autenticado
 - Regularidade com as Fazendas Municipais, Estaduais e Federais;
 - Certidão de Débitos Trabalhistas;
 - Certidão Negativa de Execução Cível
- <http://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/certidoes/criarSolicitacaoCertidao.rupe?solicitacaoPublica=true;>
- Dados bancários;
 - Telefone e e-mail para contato;
 - Cópia do cartão do PIS;
 - Comprovante de Residência.
 - Carta de intenção, conforme ANEXO IV.
 - Declaração de Responsabilidade, conforme Anexo VII.

3.4.2 CASO FOR PESSOA JURÍDICA:

3.4.2.1 Regularidade Jurídica:

3.4.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.4.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

3.4.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.4.2.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.4.2.1.5 Cópia autenticada dos documentos do empresário individual, sócios (podendo ser apenas do administrador) ou de um diretor: CPF e Identidade.

3.4.2.2 Regularidade Fiscal:

3.4.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

3.4.2.2.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

3.4.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

3.4.2.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

3.4.2.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

3.4.2.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.4.2.2.7 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão dos 90 (noventa) dias anterior a abertura desta licitação;

3.4.2.2.8 Declaração de Responsabilidade, conforme Anexo VII.

3.4.2.2.9 Carta de intenção, conforme ANEXO IV

3.4.3 Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

3.4.3.1 Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa conforme Anexo VI

3.4.3.2 As Microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação arrolada nos subitens anteriores, mesmo que apresentem alguma restrição.

3.4.3.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.4.3.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de demais sanções.

3.4.3 A aceitação das Certidões negativas estará condicionada a verificação de sua validade pela Internet, observando-se a finalidade para a qual foi emitida.

IV – DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA

4.1 A proposta deverá ser entregue em envelope LACRADO, distinto do Envelope Documentação, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG.
INTERESSADO:
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2022
ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA

4.2 As propostas deverão ser impressas, rubricadas em todas as páginas e assinadas na última, sem emendas ou rasuras, acréscimos e entrelinhas, na língua portuguesa, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão de seu conteúdo, conforme ANEXO III.

4.3 Apresentar os documentos de Conservação, Manutenção, Melhorias Urbanas do espaço público pretendido.

4.3.1 Envelope lacrado contendo a Proposta de Manutenção e/ou de realização de obras e/ou serviços, com respectivos valores e a descrição das melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais, bem como o período de vigência da parceria.

4.3.2 Croquis de localização do Espaço Público e fotos do local;

4.3.3 Nos casos em que houver alteração do espaço público, apresentar:

4.3.4 Projetos contendo implantação, plantas, detalhes, memorial descritivo e documentos pertinentes de responsabilidade técnica referentes ao projeto;

4.3.5 Layout da Placa Publicitária (conforme modelo padrão);

4.4 Havendo mais de um interessado no mesmo espaço público, serão analisadas todas as propostas e, em regra, será escolhida aquela que melhor atender aos interesses públicos e da coletividade.

4.5 Entretanto, é possível a parceria conjunta de um mesmo espaço, constituindo-se, assim, um grupo de parceiros. Nesse caso, a relação entre eles será regida por acordos que independem de intermédio da Prefeitura, desde que não interfira no resultado proposto.

4.6 A escolha do parceiro, no caso de não se optar pela parceria conjunta, deverá ser fundamentada, observando-se, pela ordem, os seguintes critérios:

- 1- Maior intervenção mobiliária.
- 2- Melhor proposta paisagística.

V – PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

5.1 Os documentos exigidos no envelope 01 conforme item acima serão verificados, inclusive com consulta on line, pela Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria 389/2023, quando da abertura do envelope nº 01.

5.2 Todos os documentos de habilitação deverão, quando for o caso, estar em plena validade na data fixada para a apresentação do envelope e ser apresentado em original ou por cópia autenticada, sendo que documentos que não contenham prazo de validade deverão observar a data máxima de emissão de 90 (noventa) dias.

5.3 Caso não sejam autenticados em Cartório, a autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejada cópia com o original, pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.4 Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos, em substituição aos exigidos neste edital.

5.5 Se for o caso, a Comissão Permanente de Licitações confirmará através de consulta feita diretamente nos sites dos órgãos expedidores na Internet, a procedência de documentos obtidos por mídia eletrônica.

5.6 **A abertura e análise dos ENVELOPES Nº 01** contendo os documentos habilitatórios ficará a cargo da Comissão Permanente de Licitações, a qual competirá:

- a) proceder à abertura dos envelopes contendo a documentação exigida no presente instrumento;
- b) examinar os documentos apresentados em confronto com as exigências deste Edital, devendo INABILITAR a participação das interessadas que deixarem de atender às normas e condições aqui fixadas;
- c) lavrar ata circunstanciada com o resultado da análise da documentação apresentada, ao final da qual
- d) deverá emitir relatório e julgamento a ser enviada para os participantes por meio eletrônico no email informado na ficha de inscrição;
- e) analisar recursos porventura interpostos pela parte interessada para, ao final, manter ou reformar a decisão administrativa da Comissão Permanente de Licitações;

e.1) Em caso de manutenção da decisão, o recurso será encaminhado ao Prefeito do Município de Cataguases, para decisão final, no prazo de até 10 dias úteis.

5.7 Após a expiração do prazo recursal ou o seu julgamento, a Comissão Permanente de Licitações declarará habilitados os interessados.

5.8 Após a habilitação definitiva dos candidatos, ou seja, após ultrapassado o prazo de recurso ou decididos os mesmos, os ENVELOPES LACRADOS DE PROPOSTAS, serão entregues pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações à Comissão Técnica nomeada pela Portaria 543/2022, Anexo IX, que, tão logo seja possível, iniciará a análise das propostas e será responsável pela verificação da conformidade com o solicitado.

VI – PRAZO, CONDIÇÕES E VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

6.1 Os credenciados habilitados no chamamento deverão firmar termo de parceria, conforme ANEXO V ao presente, no prazo de 02 (dois) dias após convocação.

6.2 O presente Termo de Parceria terá sua vigência a contar da data de sua assinatura pelo prazo de 12 meses podendo ser renovado até o período de interesse do Parceiro, caso seja interesse do Município.

VII- CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1 - O Edital completo encontra-se disponível no site www.cataguases.mg.gov.br, podendo ser solicitado pelo e-mail licitacaopmcataguases@gmail.com ou junto ao Setor de Licitação, localizado na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 1º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG.

7.2 – As empresas e/ou representantes que tiveram interesse em participar do certame dia obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.cataguases.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial do Município, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

7.3 – Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail licitacaopmcataguases@gmail.com, em até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para o recebimento do(s) envelope(s).

7.4 – As respostas da Comissão Permanente de Licitação às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizadas no site www.cataguases.mg.gov.br, no link correspondente a este edital.

7.5 – Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por LICITANTE, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura situado na Rua Gama Cerqueira, 70, Vila Domingos Lopes, Cataguases (MG), ou para o endereço eletrônico licitacaopmcataguases@gmail.com, dirigidas a Comissão Permanente de Licitação, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pela Procuradoria Jurídica Municipal.

7.6 – O Município de Cataguases não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento por um dos membros da comissão e que, por isso, sejam intempestivas.

7.7 – Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os casos omissos e eventuais dúvidas surgidas quanto à interpretação do Edital serão solucionadas pela Comissão Permanente de Licitação.

8.2 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Termo de Referência – Especificações;
- Anexo II – Relação dos endereços dos espaços públicos;
- Anexo III – Proposta de Parceria;
- Anexo IV – Carta de Intenção;
- Anexo V – Minuta do Termo de Parceria;
- Anexo VI – Declaração de ME/EPP
- Anexo VII – Declaração de responsabilidade
- Anexo VIII – Lei 4.785 de 06 de julho de 2021
- Anexo IX – Portaria nº 543/2022 Comissão Técnica
- Anexo X – Portaria nº 389/2023 Comissão Permanente de Licitações
- Anexo XI – Decreto 5.837/2023 – Regulamenta o Programa Comunidade Integrada

8.3 A critério da Prefeitura Municipal de Cataguases, este Chamamento Público poderá:

8.3.1 ser anulado se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

8.3.2 ser revogado, a juízo da Prefeitura Municipal de Cataguases, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

8.3.3 ter sua data de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Cataguases.

8.4 será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Chamamento:

8.4.1 a anulação do procedimento por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93;

8.5 a nulidade do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;

8.6 no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

IX – INFORMAÇÕES

9.1. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos pelo telefone (32) 99940 5331 ou pelo email licitacaopmcataguases@gmail.com.
Cataguases, 04 de outubro de 2023

José Henriques
Prefeito de Cataguases

ANEXO I

*Elaborado pela Secretaria de Obras

TERMO DE REFERÊNCIA – CHAMAMENTO PÚBLICO PROGRAMA “COMUNIDADE INTEGRADA”

1. DO OBJETO

Realização de Termo de Parceria conforme Programa Comunidade Integrada do município de Cataguases, nos termos da Lei Municipal nº 4.785 de 06 de julho de 2021. O programa consiste no aprimoramento de serviços de manutenção e zeladoria, bem como a conservação, execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas de áreas municipais por parte de qualquer entidade civil, seja pessoa física ou jurídica, que contribuirá para o bem estar da cidade de forma construtiva e participativa.

2. DA JUSTIFICATIVA

Cataguases conta atualmente com espaços públicos, classificados como jardins, canteiros, praças e parques, além de avenidas, ruas, becos, travessas, entre outros. Para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população, os espaços públicos devem ser ampliados e mantidos em perfeitas condições. Os equipamentos já existentes devem ser preservados e/ou recuperados, para que a comunidade possa usufruir adequadamente, com conforto e segurança.

A realização de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e sociedade civil é imprescindível para a concretização deste objetivo. Esta parceria tem se mostrado eficiente ao longo do tempo, devendo ser ampliada e regulamentada. O Programa Comunidade Integrada ampliará as parcerias otimizando os recursos aplicados, agilizando e melhorando os serviços prestados à comunidade. Isto significa vida melhor para a população de Cataguases.

Com essa proposta o Programa Comunidade Integrada, visa garantir à população local a agradável prática de esporte e lazer, educação ambiental e qualidade de vida através da ampliação, manutenção e preservação dos espaços públicos que possam vir a ser objeto de parceria, além de promover a requalificação das áreas públicas livres, proporcionando à população melhor qualidade ambiental. Ademais, manter-se-á o uso dos espaços públicos livres existentes, preservando as suas identidades locais, estabelecendo critérios para subsidiar as negociações, visando a parceria.

O programa aqui apresentado desenvolve uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, visando atender a uma necessidade emergente de revitalização de nossos espaços públicos, que podem se transformar em atrativos para a cidade e região. O programa valoriza a marca da empresa parceira e ainda contribui para o embelezamento da cidade e o incremento da qualidade de vida dos munícipes. Estando bem cuidados, identificados, sinalizados e iluminados, ainda possibilitam à comunidade frequentá-los mais, pois, por consequência, se tornarão ambientes mais seguros. Além do exposto, o programa ainda auxilia na criação de uma consciência ecológica, de pertencimento e integração a partir da concretização do senso de cidadania da comunidade, que terá um compromisso com o espaço público.

3. DA METODOLOGIA

Será utilizada a modalidade “Chamamento Público”, regulamentada pela Lei Federal nº 13.019/2014, Lei 8.666/93 que permite a seleção de organizações da sociedade civil para firmarem parcerias com a Prefeitura de Cataguases, por meio de Termo de Parceria.

4. DO PARCEIRO

Toda pessoa, física ou jurídica, que tiver uma área pública sob seus cuidados, associará seu nome, de sua empresa ou estabelecimento comercial a uma causa de engajamento social e ambiental, situação que além de valorizar sua marca, contribui para o embelezamento da cidade e o incremento da qualidade de vida de seus moradores. Ao parceiro será permitida a instalação, em locais predeterminados pela Prefeitura de Cataguases, de espaço publicitário padronizado detalhado à frente. É importante destacar que qualquer divulgação do parceiro deverá se restringir a este espaço publicitário.

Caberá ao parceiro o dever de executar os serviços contemplados pelo Termo de Parceria, com presteza e boa técnica, bem como o de responsabilizar-se por eventuais perdas e danos que vier a causar durante a execução dos referidos serviços.

Para execução dos serviços o parceiro deverá valer-se de verba e pessoal próprio ou contrato de terceiros, inexistindo vínculo de qualquer natureza com a prefeitura. Além disso, ela assumirá todas as responsabilidades e encargos trabalhistas dos funcionários contratados para desenvolver trabalhos no espaço público objeto do Termo de Parceria.

Nos casos em que o parceiro pretender desenvolver quaisquer mudanças no layout do espaço público objeto de Termo de Parceria, a proposta deverá, necessariamente, ser submetida à apreciação da Prefeitura de Cataguases para aprovação.

Os parceiros participantes do programa não poderão podar ou cortar árvores de médio e grande porte sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O parceiro terá seu nome incluído e divulgado em uma relação dos participantes do programa, recebendo, assim, reconhecimento da comunidade e usuários.

4.1. Especificação dos deveres do parceiro, conforme modalidades de parceria:

I - parceria com responsabilidade total: aquela na qual o parceiro assume o ônus com os custos da execução das obras e melhorias e de integral manutenção do bem e de seus equipamentos, com o fornecimento do material, equipamento e mão de obra, necessários.

II - parceria com responsabilidade pela manutenção: aquela na qual o parceiro se responsabiliza pela integral manutenção do bem e de seus equipamentos, fornecendo equipamento e a mão de obra necessários.

III - parceria através do patrocínio de melhorias: aquela na qual o parceiro se responsabiliza pela execução de melhorias específicas ou pelos custos decorrentes, permanecendo a Administração Municipal com os encargos de manutenção.

IV - outras modalidades específicas de parceria: aquelas fixadas pela Administração Municipal em ato próprio, observadas as peculiaridades da área ou do bem público a ser submetido ao regime de adoção.

Além disso, o parceiro deverá:

- Respeitar as diretrizes de intervenções nos espaços livres públicos definidas pela Prefeitura de Cataguases.
- Executar os serviços de recuperação do patrimônio objeto do Termo de Parceria, com presteza e boa técnica, procurando minimizar os transtornos aos usuários, seguindo estudo técnico, elaborado por profissional designado pelo parceiro, e aprovado pela Prefeitura Cataguases.
- Responsabilizar-se por perdas e danos que eventualmente vier a causar durante a execução dos serviços, ainda que decorrentes de imprudência, negligência ou imperícia de seus administradores ou empregados.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

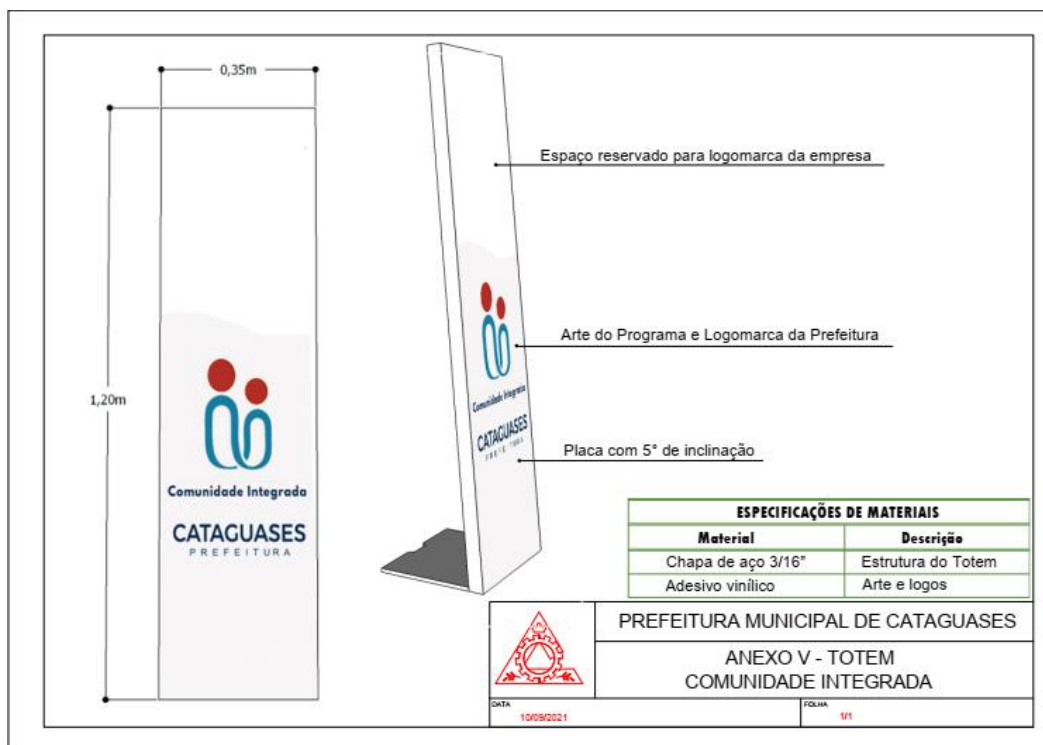
A conservação dos espaços públicos que compete à Prefeitura de Cataguases é constituída dos seguintes serviços:

- Fornecimento, de vegetação ornamental existente nos espaços públicos, sempre que necessário e possível;
- Pagamento das despesas de energia elétrica e água relativa ao logradouro;
- Acondicionamento, coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos.

6. DA FORMA DE PUBLICIDADE

Será permitida a fixação de publicidade institucional a ser instalada facultativamente pelo parceiro, à suas expensas e em locais previamente estabelecidos no Termo de Parceria. O layout definido tem por objetivo não comprometer os aspectos visuais da cidade, além de definir uma identidade visual institucional para todas as áreas públicas que vierem a ser objeto do Termo de Parceria.

Foi elaborado modelo de publicidade institucional em função da adequação às áreas onde será instalada, de maneira a assegurar a harmonia da paisagem, conforme Anexo V, da Lei Municipal nº 4.785 de 06 de julho de 2021, conforme apresentado a seguir:



7. DOS ESPAÇOS DISPONÍVEIS PARA PARCERIA

Ao parceiro será permitido escolher o espaço ao qual irá propor o Termo de Parceria, cabendo à Prefeitura analisar todas as propostas e optar por aquela que melhor atenda aos interesses públicos e da coletividade. Constituem espaços públicos disponíveis para parceria os seguintes logradouros:

1. Canteiro Central da Avenida Astolfo Dutra. (21°23'16.1"S / 42°41'48.2"W)
2. Canteiro Central da Avenida das Indústrias – Santa Clara; (21°24'39.5"S / 42°40'58.7"W)
3. Canteiro Central da Avenida Eudaldo Lessa – Popular; (21°22'40.7"S / 42°41'10.2"W)
4. Canteiro Central da Avenida Guido Marliérie; (21°22'54.0"S / 42°41'36.0"W)
5. Canteiro Central da Avenida Manuel Inácio Peixoto – Distrito Industrial; (21°24'28.3"S / 42°40'57.2"W)

6. Canteiro Central da Avenida Sizenando Dutra de Siqueira; (21°22'09.2"S / 42°40'39.2"W)
7. Área Verde anexa ao Ginásio Poliesportivo Max Baer (21°23'18.5"S / 42°41'10.7"W)
8. Expansão da Ciclovia da Avenida Meia Pataca; (21°23'09.1"S / 42°41'26.4"W)
9. Memorial à família Sousa adjacente à Ponte Nova na Rua Cel. Antônio Augusto Souza Filho; (21°23'33.6"S / 42°41'36.0"W)
10. Praça Alípio Lopes Machado – Sereno, Cataguases - MG, 36777-000; - 21°18'52.6"S / 42°39'00.1"W)
11. Praça Chácara Dona Catarina – Centro, Cataguases - MG; (21°23'10.3"S / 42°41'31.9"W)
12. Praça da Pista de skate adjacente à Praça de Esportes. (Av. Astolfo Dutra, Centro, Cataguases - MG, 36770-001 – 21°23'19.8"S / 42°42'03.9"W)
13. Praça Rogério Teixeira – Centro, Cataguases-MG - (21°23'31.5"S / 42°41'24.5"W)
14. Praça de Vista Alegre em frente à Paróquia São Francisco de Paula; (21°27'00.4"S / 42°34'57.5"W)
15. Praça do Mercado do Produtor – Vila Resende; (21°23'03.0"S / 42°41'27.2"W)
16. Praça Dr. Joaquim da Costa Cruz - Granjaria, Cataguases - MG, 36773-540 – 21°22'53.3"S / 42°42'29.5"W)
17. Praça Presidente Getúlio Vargas – Centro, Cataguases-MG - 36770-069 (21°23'15.8"S / 42°41'36.3"W)
18. Praça Governador Valadares – Centro; (21°23'11.1"S / 42°41'33.6"W)
19. Praça Guido Marliérie – Haidée Fajardo; (21°22'56.8"S / 42°41'31.8"W)
20. Praça Jaci de Abreu Lopes – Menezes; (21°22'44.0"S / 42°41'47.5"W)
21. Praça Simão José Silva – Bela Vista; (21°23'19.3"S / 42°41'19.4"W)
22. Praça Manuel Inácio Peixoto – Centro; (21°23'05.2"S / 42°41'33.5"W)
23. Praça Marcelino Abrita – Cataguarino; (21°17'44.7"S / 42°43'36.9"W)
24. Praça na bifurcação da Rua José de Almeida Kneip com Rua Cel. Antônio Augusto Souza Filho; (21°23'37.3"S / 42°41'24.8"W)
25. Praça na Rua Cel. Antônio Augusto Souza Filho (Lanche do Boi). (21°23'33.0"S / 42°41'37.0"W)
26. Praça na Rua João Batista Valverde – Primavera; (21°23'59.2"S / 42°42'31.3"W)
27. Praça na Rua Joaquim Guerra – Fátima; (21°23'11.9"S / 42°42'13.5"W)
28. Praça na Rua José do Grupo – Sebastião Adolfo; (21°22'12.7"S / 42°41'21.6"W)
29. Praça na Rua José Esteves – Ibraim Mendonça; (21°24'41.0"S / 40°41'21.6"W)
30. Praça Ver. Adriano Monteiro – Pouso Alegre; (21°22'18.0"S / 42°40'59.5"W)
31. Praça na Rua Maria Schettini – Ana Carrara; (21°23'54.2"S / 42°42'53.0"W)
32. Praça Joaquim Gonçalves Ledo – Vila Minalda; (21°23'43.9"S / 42°42'34.1"W)
33. Praça na Geraldino Ferraz – Paraíso; (21°24'19.9"S 42°41'41.7"W)
34. Praça na Rua Pascoal Ciodário – Paraíso; (21°24'07.5"S / 42°41'43.2"W)
35. Praça Cônego Xavier – Vila Domingos Lopes, Cataguases-MG – 21°22'49.3"S / 42°41'24.8"W)
36. Praça Rui Barbosa – Centro; (21°23'21.5"S / 42°41'37.3"W)
37. Praça Sandoval Azevedo – Centro; (21°23'21.1"S / 42°41'28.0"W)
38. Praça Santa Rita – Centro; (21°23'21.4"S / 42°41'48.9"W)
39. Prédio da Bomba D'água na Avenida Astolfo Dutra; (21°23'18.3"S 42°42'15.0"W)
40. Rotatória da Avenida Meia Pataca próxima à Policlínica Municipal; (21°23'19.2"S 42°41'20.1"W)
41. Rotatória Taquara Preta em frente à Secretaria Municipal de Educação e adjacências; (21°24'35.6"S / 42°40'19.4"W)
42. Vagão Ferroviário localizado na Chácara Dona Catarina; (21°23'11.4"S / 42°41'32.8"W)
43. Rua Coronel João Duarte (Calçadão) - 21°23'20.2"S / 42°41'35.8"W
44. Praça João Paulo II – Colinas, Cataguases-MG (21°22'33.9"S/42°42'17.1"W)
45. Praça pública na Rua Pascoal Ciodário, Bairro Paraíso (21°28'8.31"S/42°43'41.76"W)

Outros locais também podem ser sugeridos por interessados e serão analisados pela Comissão Técnica nomeada pela Portaria 543/2022;

8. DOS LEGITIMADOS A CELEBRAR TERMO DE PARCERIA

Poderá propor parceria qualquer pessoa física ou jurídica que preencha todos os requisitos legais da Lei Municipal nº 4.785 de 06 de julho de 2021. Ficam excluídas da participação no projeto, pessoas jurídicas poluidoras, ou aquelas cujas atividades estejam relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos neste regulamento.

9. DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COOPERAÇÃO/ADOÇÃO

O Termo de Parceria terá vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período e renovado subsequentemente havendo interesse das partes, mediante celebração de termo aditivo entre elas.

O prazo de vigência da manutenção iniciará logo após a finalização das obras de implantação ou reforma do espaço público, quando for o caso.

O prazo para início dos trabalhos inerentes ao objeto do Termo de Parceria será de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do Termo de Parceria.

Findo seu prazo, os Termos de Parceria não serão renovados automaticamente, devendo eventual novo pedido atender integralmente o disposto neste edital.

10. DA RESCISÃO

O Termo de Parceria poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito, devidamente justificado, do Secretário de Obras, em razão do interesse público ou por solicitação do parceiro.

A rescisão do Termo de Parceria não dará ao parceiro qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias executadas, que serão revertidas ao Município de Cataguases e, ainda, ensejará a imediata retirada da publicidade dos espaços públicos objetos de parceria.

11. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A relação das parcerias celebradas e dos respectivos parceiros será divulgada na Sede da Prefeitura Municipal e no seu site oficial, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

A parceria opera-se sem prejuízo a função do Poder Executivo de administrar os bens imóveis municipais, de modo que o Município será o único e exclusivo gestor do espaço público objeto do Termo de Parceria.

Os espaços públicos são bens públicos de uso comum do povo, ou seja, toda a população tem o direito de utilizar-se desse bem. Desta forma, a parceria não implica em uso exclusivo ou semi exclusivo pelo parceiro, tampouco será permitida a exploração comercial do espaço público objeto de parceria sem prévia autorização da Prefeitura de Cataguases. A parceria não pode prejudicar o uso público do logradouro. Além disso, cumpre salientar que a utilização de espaços públicos para realização de eventos tem que ser analisada e aprovada pela Prefeitura de Cataguases em processo que não se relaciona com o presente programa.

O Termo de Parceria em momento algum deverá conceder qualquer tipo de uso à entidade parceira a não ser aqueles autorizados pela prefeitura, principalmente no que diz respeito à concessão ou permissão de uso.

Encontradas quaisquer irregularidades em sua execução, ou sendo descumprido o dever pactuado no Termo de Parceria, o parceiro será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização dos serviços, sob pena de rescisão do Termo de Parceria e consequente retirada da publicidade do parceiro.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos e eventuais dúvidas surgidas quanto à interpretação do edital serão solucionadas pela Secretaria de Obras, bem como quaisquer outras informações adicionais.

O Município verificará, a qualquer tempo, se o proponente à parceria encontra-se regular perante às Secretarias Municipais de Obras, de Fazenda e de Agricultura e Meio Ambiente.

Este Termo de Referência foi elaborado e aprovado por José Maria Magalhães Sasso, Secretário de Obras, o qual será o fiscal da Secretaria de Obras que irá acompanhar a execução do Termo de Parceria.

José Maria Magalhães Sasso
Secretário de Obras

ANEXO II

Relação dos espaços públicos:

Canteiro Central da Avenida Astolfo Dutra. (21°23'16.1"S / 42°41'48.2"W)

2. Canteiro Central da Avenida das Indústrias – Santa Clara; (21°24'39.5"S / 42°40'58.7"W)
3. Canteiro Central da Avenida Eudaldo Lessa – Popular; (21°22'40.7"S / 42°41'10.2"W)
4. Canteiro Central da Avenida Guido Marliérie; (21°22'54.0"S / 42°41'36.0"W)
5. Canteiro Central da Avenida Manuel Inácio Peixoto – Distrito Industrial; (21°24'28.3"S / 42°40'57.2"W)
6. Canteiro Central da Avenida Sizenando Dutra de Siqueira; (21°22'09.2"S / 42°40'39.2"W)
7. Área Verde anexa ao Ginásio Poliesportivo Max Baer (21°23'18.5"S / 42°41'10.7"W)
8. Expansão da Ciclovía da Avenida Meia Pataca; (21°23'09.1"S / 42°41'26.4"W)
9. Memorial à família Sousa adjacente à Ponte Nova na Rua Cel. Antônio Augusto Souza Filho; (21°23'33.6"S / 42°41'36.0"W)
10. Praça Alípio Lopes Machado – Sereno, Cataguases - MG, 36777-000; - 21°18'52.6"S / 42°39'00.1"W)
11. Praça Chácara Dona Catarina – Centro, Cataguases - MG; (21°23'10.3"S / 42°41'31.9"W)
12. Praça da Pista de skate adjacente à Praça de Esportes. (Av. Astolfo Dutra, Centro, Cataguases - MG, 36770-001 – 21°23'19.8"S / 42°42'03.9"W)
13. Praça Rogério Teixeira – Centro, Cataguases-MG - (21°23'31.5"S / 42°41'24.5"W)
14. Praça de Vista Alegre em frente à Paróquia São Francisco de Paula; (21°27'00.4"S / 42°34'57.5"W)
15. Praça do Mercado do Produtor – Vila Resende; (21°23'03.0"S / 42°41'27.2"W)
16. Praça Dr. Joaquim da Costa Cruz - Granjaria, Cataguases - MG, 36773-540 – 21°22'53.3"S / 42°42'29.5"W)
17. Praça Presidente Getúlio Vargas – Centro, Cataguases-MG - 36770-069 (21°23'15.8"S / 42°41'36.3"W)
18. Praça Governador Valadares – Centro; (21°23'11.1"S / 42°41'33.6"W)
19. Praça Guido Marliérie – Haidée Fajardo; (21°22'56.8"S / 42°41'31.8"W)
20. Praça Jaci de Abreu Lopes – Menezes; (21°22'44.0"S / 42°41'47.5"W)
21. Praça Simão José Silva – Bela Vista; (21°23'19.3"S / 42°41'19.4"W)
22. Praça Manuel Inácio Peixoto – Centro; (21°23'05.2"S / 42°41'33.5"W)
23. Praça Marcelino Abrita – Cataguarino; (21°17'44.7"S / 42°43'36.9"W)
24. Praça na bifurcação da Rua José de Almeida Kneip com Rua Cel. Antônio Augusto Souza Filho; (21°23'37.3"S / 42°41'24.8"W)
25. Praça na Rua Cel. Antônio Augusto Souza Filho (Lanche do Boi). (21°23'33.0"S / 42°41'37.0"W)
26. Praça na Rua João Batista Valverde – Primavera; (21°23'59.2"S / 42°42'31.3"W)
27. Praça na Rua Joaquim Guerra – Fátima; (21°23'11.9"S / 42°42'13.5"W)
28. Praça na Rua José do Grupo – Sebastião Adolfo; (21°22'12.7"S / 42°41'21.6"W)
29. Praça na Rua José Esteves – Ibraim Mendonça; (21°24'41.0"S / 40°41'21.6"W)
30. Praça Ver. Adriano Monteiro – Pouso Alegre; (21°22'18.0"S / 42°40'59.5"W)
31. Praça na Rua Maria Schettini – Ana Carrara; (21°23'54.2"S / 42°42'53.0"W)
32. Praça Joaquim Gonçalves Ledo – Vila Minalda; (21°23'43.9"S / 42°42'34.1"W)
33. Praça na Geraldino Ferraz – Paraíso; (21°24'19.9"S / 42°41'41.7"W)
34. Praça na Rua Pascoal Ciodário – Paraíso; (21°24'07.5"S / 42°41'43.2"W)
35. Praça Cônego Xavier – Vila Domingos Lopes, Cataguases-MG – 21°22'49.3"S / 42°41'24.8"W)
36. Praça Rui Barbosa – Centro; (21°23'21.5"S / 42°41'37.3"W)
37. Praça Sandoval Azevedo – Centro; (21°23'21.1"S / 42°41'28.0"W)
38. Praça Santa Rita – Centro; (21°23'21.4"S / 42°41'48.9"W)
39. Prédio da Bomba D'água na Avenida Astolfo Dutra; (21°23'18.3"S / 42°42'15.0"W)
40. Rotatória da Avenida Meia Pataca próxima à Policlínica Municipal; (21°23'19.2"S / 42°41'20.1"W)
41. Rotatória Taquara Preta em frente à Secretaria Municipal de Educação e adjacências; (21°24'35.6"S / 42°40'19.4"W)
42. Vagão Ferroviário localizado na Chácara Dona Catarina; (21°23'11.4"S / 42°41'32.8"W)
43. Rua Coronel João Duarte (Calçadão) - 21°23'20.2"S / 42°41'35.8"W
44. Praça João Paulo II – Colinas, Cataguases-MG (21°22'33.9"S / 42°42'17.1"W)
45. Praça pública na Rua Pascoal Ciodário, Bairro Paraíso (21°28'8.31"S / 42°43'41.76"W)

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA

Timbre ou Logotipo
da empresa (se pessoa jurídica)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2022

PROPOSTA DE PARCERIA - PROGRAMA COMUNIDADE INTEGRADA

A Empresa (nominar), com sede à (complementar com endereço completo e CEP), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos, por seu (cargo e nome), portador do RG e do CPF, residente e domiciliado à (endereço completo), vem pela presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório nº XXX/XXXX, Inexigibilidade de Licitação nº XXX/XXXX, Chamada Pública nº XXX/XXXX, apresentar proposta de Termo de Parceria, para Espaço Público localizado (colocar endereço do espaço público), responsabilizando-se pela (marcar o item de interesse do parceiro):

() Limpeza de calçadas; corte da grama; plantio, revitalização e conservação de plantas nos jardins e nas floreiras; roçagem e capina; reforma de piso (se houver); recolhimento do lixo em "containers públicos" ou equipamentos similares; reforma e/ou instalação de lixeiras públicas; acondicionando de todo o resíduo adequadamente para posterior remoção a ser feita pela Prefeitura (colocar o endereço do espaço público).

() Reforma, conservação e manutenção de "espaço exclusivo" (se houver), aprovado em Projeto (colocar o endereço do espaço público).

() Exclusivamente, reforma e revitalização do espaço público (colocar o endereço do espaço público).

Observações:

Ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, os seguintes serviços que exigem equipamentos específicos e mão de obra capacitada:

- Poda e corte de espécies arbóreas de médio e grande porte;
- Manutenção em sistemas de macrodrenagem de águas pluviais e/ou esgoto, caso existam no interior do Espaço Público;

Cataguases,de de 20.....

(nome e assinatura)

ANEXO IV

MODELO DA CARTA DE INTENÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2022

Timbre ou Logotipo

da empresa (*se pessoa jurídica*)

Ilustríssimo Sr(a).

(colocar nome do Prefeito(a) Municipal)

DD. Prefeito Municipal de Cataguases

A Empresa, com sede à (complementar com endereço completo e CEP), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos, por seu (cargo e nome), portador do RG e do CPF, residente e domiciliado à (endereço completo), vem pela presente, manifestar o interesse na celebração de Termo de Parceria para Espaço Público (nominar), de acordo com a Lei nº 4.785 de 06 de Julho de 2021, propondo-se a realizar durante o prazo de anos, os serviços descritos na proposta apresentada em envelope lacrado, que segue anexo.

Cataguases,de de 20.....

(nome e assinatura)

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE PARCERIA DO PROGRAMA COMUNIDADE INTEGRADA

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES/MG**, com sede na Praça Santa Rita, 498, Centro, CEP 36770-020, Cataguases, Minas Gerais, inscrito no CNPJ nº 17.702.499/0001-81, representado neste ato pelo(a) Prefeito(a) Municipal (**NOME DO ÓRGÃO EXPEDIDOR**) e inscrito no CPF nº, no uso de suas atribuições, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e (**NOME DO PARCEIRO**), pessoa jurídica de direito privado (OU PESSOA FÍSICA), inscrita no CNPJ sob o nº ..., com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por (**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**), (CARGO), portador da cédula de identidade nº nº expedida pela (NOME DO ÓRGÃO EXPEDIDOR) e inscrito no CPF nº ... doravante denominada simplesmente PARCEIRO, nos termos da Lei nº 4.785 de 06 de Julho de 2021 e do Decreto nº, de de de 2021, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE PARCERIA referente ao Programa "Comunidade Integrada", mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O PARCEIRO acima qualificado assume o compromisso de proceder à manutenção, implantação e/ou reforma) do(a) (nome do espaço público), situada à Rua ..., nº Bairro ..., no Município de Cataguases, estado de Minas Gerais, CEP nº ..., a contar da data de assinatura do presente Termo de Parceria.

CLÁUSULA SEGUNDA — DOS CONCEITOS

Para fins de cumprimento e correta interpretação do presente Termo de Parceria e implementação do Programa "Comunidade Integrada", deverão ser observados os conceitos elencados nesta Cláusula Segunda em conformidade com as modalidades de parcerias admitidas nos incisos I, II, III e IV, artigo 4º, da Lei Municipal nº 4.785/2021.

2.1. Entende-se por conservação e manutenção:

a) serviços gerais mensais de limpeza de áreas plantadas, passarelas, lagos; reparos; manutenção de gramados; manutenção de jardins; adubação de reposição; controle de pragas e doenças; manutenção de arbustos; manutenção de trepadeiras; manutenção de plantas anuais e perenes; manutenção de forrações; manutenção de horta comunitária; poda de árvores; irrigação;

b) a manutenção mensal de toda a vegetação existente na área, abrangendo a poda, irrigação, limpeza, substituição de plantas danificadas ou mortas, remoção de pragas e ervas daninhas, adubação e demais tratamentos culturais que se fizerem necessários;

c) limpeza e eventuais reparos nas calçadas externas e internas; e

d) pequenos reparos e pintura dos equipamentos eventualmente existentes (bancos, mesas, cercas, muretas, escadas, brinquedos, pergolados, guias, sarjetas, etc.);

e) manter o espaço ou equipamento público em bom funcionamento e estado, prolongando seu tempo de vida.

2.2. Entende-se por implantação:

a) a instalação de equipamentos e mobiliários urbanos em espaços públicos de uso comum, bem como a construção de hortas comunitárias e de áreas verdes, sejam elas parques, praças, canteiros, rotatórias, jardins ou outras áreas passíveis de plantações e ajardinamento; e

b) as melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais que resultem no atendimento do interesse público e na melhoria da qualidade de vida urbana.

2.3. Entende-se por reforma e revitalização:

a) recuperação de equipamentos e mobiliários em espaços públicos de uso comum, recuperação de hortas comunitárias e de áreas verdes públicas com possibilidade de implantação de projetos arquitetônicos e paisagísticos; e

b) melhoria urbana, paisagística e ambiental que resultem no atendimento do interesse público e na melhoria da qualidade de vida urbana.

Parágrafo Único. No caso de implantação ou reforma e revitalização, após a finalização da obra, o PARCEIRO se compromete a realizar a manutenção dentro do prazo do presente Termo de Parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS ATRIBUIÇÕES DO PARCEIRO

O PARCEIRO se compromete a respeitar as obrigações assumidas no presente Termo de Parceria, devendo, responsabilizar-se, ainda:

- a) pela implantação de benfeitorias, pela aquisição de material e pela prestação de serviços de mão de obra, referente ao local adotado;
- b) pela manutenção mensal das plantas durante o período de vigência do presente Termo de Parceria;
- c) pela observância e pelo cumprimento das normas legais referentes à atividade desenvolvida;
- d) por eventuais infrações ambientais, administrativas e/ou danos causados a terceiros;
- e) por eventuais danos causados por si (em caso de pessoa física) ou por seus funcionários, prepostos e/ou terceirizados na execução dos trabalhos prestados (no caso de pessoa jurídica), responsabilizando-se, inclusive, por eventuais acidentes, perdas ou destruições e, por conseguinte, isentando o MUNICÍPIO de toda e qualquer responsabilidade;
- f) por prestar informações, quando for solicitado, sobre as atividades desempenhadas no que tange ao objeto do presente Termo;
- g) pelos custos de confecção, instalação e manutenção das placas de identificação visual que forem alocadas durante a vigência do presente termo, quando o PARCEIRO for pessoa jurídica;
- h) pela descaracterização da publicidade das placas de identificação visual após o término da vigência do presente Termo; e
- i) por garantir o livre acesso ao bem público de uso comum do povo, objeto deste Termo de Parceria, sem qualquer prejuízo a seu uso regular de acordo com sua natureza e destinação, as quais não podem ser alteradas.

3.1. O PARCEIRO poderá promover a confecção e afixação, no local objeto da parceria, de placa indicativa da responsabilidade da conservação, observadas as proporções e características constantes no Anexo V do Decreto que regulamentou o Programa "Comunidade Integrada", instituído pela Lei Municipal nº 4.785 de 06 de Julho de 2021 e estabelece regras para a formalização de Termo de Parceria para viabilização do Programa, a qual deverá ser aprovada pelo Poder Público.

3.2. As despesas decorrentes da conservação, objeto desta parceria, correrão por conta do PARCEIRO, exclusivamente, não cabendo nenhum tipo de ressarcimento ou indenização por parte do MUNICÍPIO.

3.3. Para a execução dos serviços de manutenção, implantação ou reforma, o PARCEIRO poderá valer-se de pessoal próprio ou contratado de terceiros, não havendo em qualquer caso, nenhum vínculo de qualquer espécie entre esses e o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA — DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

Compete ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras em consonância com o Programa Comunidade Integrada:

- a) disponibilizar o logradouro (ou mobiliário) ao particular para execução do Termo de Parceria, observada todas as disposições legais atinentes à matéria;
- b) supervisionar diretamente os serviços objeto deste Termo, registrando ocorrências relacionadas com a sua efetiva execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c) acompanhar e fiscalizar o cumprimento deste Termo, informar sobre eventuais vícios ou irregularidades, propondo soluções e sanções que entender cabíveis para regularizar faltas e/ou defeitos observados, admitindo-se a participação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
- d) notificar o PARCEIRO em caso de não cumprimento total ou parcial do objeto do Termo de Parceria contido na Cláusula Primeira; e
- e) permitir a instalação de placa publicitária na forma da lei e demais orientações da Secretaria Municipal de Obras.
- f) estabelecer, quando necessário, limites e restrições para uso comercial do espaço público objeto do Termo de Parceria.

Parágrafo Único. Compete à Secretaria Municipal de Obras esclarecer dúvidas acerca da aplicação do Programa.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado ao PARCEIRO:

- a) impedir o livre acesso ao bem público de uso comum do povo, objeto do presente Termo de Parceria, sem qualquer prejuízo a seu uso regular, de acordo com sua natureza;
- b) transferir o Termo de Parceria para terceiros ou para outro bem;

das benfeitorias urbanas avançadas, qualquer outra utilização ou destinação ao bem público que não esteja condizente com sua natureza, suas características urbanísticas, paisagísticas e ambientais;

d) viabilizar, promover ou realizar eventos de qualquer natureza, sem a expressa autorização do Poder Executivo Municipal, na forma da legislação vigente;

e) alterar, sem anuência da Secretaria Municipal de Obras, o objeto do presente Termo de Parceria ou os limites de possíveis obras definidos no projeto;

f) veicular a marca, a logomarca ou o nome fantasia de produtos agrotóxicos ou produtos que incentivem a discriminação ou exploração de pessoas a qualquer título, bem como qualquer tipo de propaganda político-partidária nos mobiliários urbanos e nos logradouros públicos objeto deste instrumento;

g) implantar placa de identificação nos locais proibidos por legislação específica;

h) instalar placa de mensagens indicativa e de publicidade em desacordo com as Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade;

i) instalar placa com mensagem indicativa e de publicidade em local que obstrua a visão dos motoristas (condutores) de veículos que transitam próximo do espaço público objeto do Termo de Parceria, evitando possíveis acidentes. O mesmo tratamento deve ser realizado em ciclovias e calçadas com passagens de pedestres;

j) utilizar a capina química conforme a Nota Técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA 04/2016, que traz esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes; e

k) O PARCEIRO instalar placa de publicidade antes da assinatura do Termo de Parceria por ele e o Poder Público, bem como antes de iniciar as obras e/ou serviços contemplados pela modalidade admitidas nos incisos I, II, III e IV. artigo 4º, da Lei Municipal nº4.785/2021, objeto da parceria.

CLÁUSULA SEXTA-DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Parceria terá vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período e renovado subsequentemente havendo interesse das partes, mediante celebração de termo aditivo entre elas.

Parágrafo único. O prazo de vigência da manutenção iniciará logo após a finalização das obras de implantação ou reforma do local, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA-DA RESCISÃO DO TERMO DE PARCERIA

O não cumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo de Parceria implicará sua rescisão unilateral pelo Município, sendo que neste caso, o PARCEIRO não terá direito a qualquer tipo de indenização.

7.1. O presente Termo de Parceria poderá ser rescindido!

a) por solicitação do interessado mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

b) pela Administração Pública, a qualquer momento, observado o interesse pública, que deverá ser justificado, sem que gere ao PARCEIRO qualquer tipo de indenização.

7.2. Rescindido o Termo de Parceria, as melhorias dela decorrentes passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de retenção ou indenização por parte do PARCEIRO.

7.3. A placa de sinalização e de publicidade introduzida na área adotada durante a vigência do Termo deverá ser descaracterizada e/ou removida pelo PARCEIRO no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) após o encerramento do Termo.

7.4. Findo o prazo previsto ou havendo a rescisão do Termo de Parceria, a placa não descaracterizada no prazo de que trata o item 7.3 será considerada "anúncio irregular", hipótese em que o PARCEIRO ficará sujeito às penalidades previstas nas normas pertinentes.

7.5. O abandono, a desistência ou o descumprimento do presente Termo de Parceria, não dispensa a obrigação do PARCEIRO de descaracterizar a respectiva placa indicativa e de publicidade da área pública, ficando também sujeito às penalidades previstas na Lei Municipal nº 2.600, de 1996 e suas alterações ou legislação vigente que vier a substituí-la, e nas demais normas pertinentes.

Cláusula Sexta, sem que o interessado descaracterize a placa indicativa e de publicidade, o Poder Executivo Municipal, por meio do setor competente, providenciará a descaracterização.

CLÁUSULA OITAVA-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O PARCEIRO poderá solicitar o auxílio do MUNICÍPIO, por meio da Secretaria Municipal de Obras, para a realização de serviços que não estejam elencados na Clausula Terceira deste Termo, os quais deverão ser previamente aprovados pela referida Secretaria.

8.1. Qualquer proposta de reformulação paisagística do local deverá ser objeto de análise e aprovação por parte da Secretaria Municipal de Obras.

8.2. Quando for necessário, para dirimir eventuais dúvidas e/ou controvérsias, evitar possíveis equívocos, bem como para solicitar esclarecimentos, o PARCEIRO poderá requerer o auxílio da Secretaria Municipal de Obras, que será a responsável por intermediar a relação do PARCEIRO com o Poder Público Municipal na implementação do Programa.

8.3. Poderá o PARCEIRO informar ao MUNICÍPIO o nome completo, o número do documento de identificação (RG ou CPF) e os contatos telefônicos das pessoas contratadas para execução dos serviços deste Termo.

8.4. Os funcionários eventualmente contratados pelo PARCEIRO para atuar na manutenção, implantação e/ou reforma do espaço público, não terão nenhum tipo de vínculo trabalhista com o MUNICÍPIO, assumindo o PARCEIRO todos os riscos de sua contratação, bem como os encargos legais devidos.

8.5. Tendo em vista o Poder de Polícia Administrativa do Poder Executivo na fiscalização da execução dos serviços ajustados neste Termo, havendo a contratação de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), o PARCEIRO assume a total responsabilidade de comprovar ao Poder Público, sem qualquer notificação prévia, os pagamentos dos encargos fiscais trabalhistas, relativos às contratações havidas.

8.6. Os zeladores, quando contratados, receberão do PARCEIRO, capacitação adequada, bem como todos os instrumentos necessários ao desempenho de suas atribuições.

8.7. A prefeitura poderá autorizar, em caráter especial, a implantação de mobiliários e equipamentos no espaço público objeto do Termo de Parceria, desde que aprovado em consonância com a Lei Municipal nº 2.600, de 1996 e suas alterações ou legislação vigente que vier a substituí-la, e que atendam ao interesse público.

CLÁUSULA NONA-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Parceria não desobriga o PARCEIRO de obter todas as demais autorizações e aprovações legalmente exigíveis para consecução do objeto deste ajuste.

Parágrafo único. O presente Termo de Parceria não representa qualquer cessão, concessão, permissão ou autorização, a qualquer título, dos respectivos bens passíveis de parceria, os quais permanecem na integral posse e propriedade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, para conhecer e dirimir eventuais controvérsias acerca do presente instrumento. E, por estarem assim justos e contratados, as partes e testemunhas assinam o presente Termo de Parceria em 03 (três) vias.

Cataguases/MG. (dia) de (mês) de (ano).

(NOME COMPLETO DO PREFEITO MUNICIPAL.)

PREFEITO MUNICIPAL

(NOME COMPLETO DO PARCEIRO)

(CPF OU CNPJ DO PARCEIRO)

TESTEMUNHAS:

Nome completo:

CPF nº

Nome completo:

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR
FAMILIAR OU SOCIEDADE COOPERATIVA**

OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, em papel timbrado da Empresa.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2022**

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura do Município de Cataguases

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF nºDECLARA, para fins do
disposto no § 2º do Decreto nº 10.273 de 13 de março de 2020, de que cumpre os requisitos legais para a
qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual, produtor
rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do
tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, em papel timbrado da Empresa.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2022

Local.....,

...../...../2021

À

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura do Município de Cataguases

DECLARAÇÃO

Em cumprimento às determinações da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, **DECLARAMOS**, para fins de participação no Processo Licitatório nº 265/2022, Inexigibilidade de Licitação nº. 018/2022, Chamada Pública nº 010/2022, que:

Nossa empresa não está impedida de contratar/firmar parceria com a Administração Pública, Direta e Indireta;

- 1) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- 2) Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
- 3) Não possuímos em nosso quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no subitem 3.5.1, alínea "c", sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização dessa vedação; (Art. 18, XII, Lei 12.708/2012);
- 4) Não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88;
- 5) Nossa empresa possui conhecimento acerca da especificidade do objeto estando ciente das condições locais, bem como de todas as informações para o pleno cumprimento das obrigações previstas nesta licitação, necessárias à formulação da Proposta.

Por ser expressão da verdade, eu _____,

representante legal desta empresa, firmo a presente.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA – CPF Nº)